



Edison  
Freitas de  
Siqueira

## Política fiscal do "toma – lá – da – cá" ameaça à economia brasileira

30 de março de 2011 | [EDISON FREITAS DE SIQUEIRA](#)

Diretor-Presidente da Edison Freitas de Siqueira Advocacia Empresarial. Advogado, empresário e professor universitário.

No dia 24.03.2011, por meio de um Decreto

Presidencial, o governo aumentou de 2,38% para absurdos 6,38% a alíquota do IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras, exigido sobre as compras pagas com cartão de crédito fora do Brasil. O Governo Federal diz ter implantado uma Política Fiscal voltada a reduzir e controlar os gastos em dólares na compra de produtos e serviços no exterior, salvaguardando a indústria, pois os produtos e os serviços brasileiros não podem competir em preço e qualidade com produtos estrangeiros, porque são onerados com o conhecido "custo Brasil", uma mistura de ineficiência nos investimentos governamentais versus elevada carga de impostos.

A proposta não poderia ser melhor, exceto se fosse verdade!

A inusitada preocupação governamental, nada tem haver com a proteção da indústria, dos produtos, dos serviços brasileiros e com a política e/ou inteligência fiscal. A verdade é que a recém eleita presidente Dilma Rousseff se viu em apuros quando pressionada a corrigir a tabela de isenção do Imposto de Renda na Fonte pelos mesmos líderes sindicais que a elegeram. Com a exigência dos Sindicatos, a presidenta alterou a faixa de isenção do IR de R\$ 1.499,15 para R\$ 1.566,61. Ou seja, na sua grande maioria, os trabalhadores vinculados aos sindicatos dos trabalhadores – os quais dão sustentação ao governo, ficam dispensados de pagar Imposto de Renda. Este benefício, justo ou não, custará aos cofres públicos, a renúncia equivalente a não menos que um R\$ 1,6 bilhão só no ano de 2011.

Diante desta realidade paradoxal, o Governo Federal preferiu trilhar a Política Fiscal até então praticada pelos últimos governos. Gastar e gastar, e cobrar mais impostos, em um "toma-lá-da-cá", deixando a conta sempre para os cidadãos e empresas brasileiras. Neste caso, a solução foi aumentar em mais de 300%, e de uma só vez, o IOF incidente sobre as compras de cartão de crédito feitas no exterior, arrecadando algo em torno de R\$ 1,75 bilhão dos contribuintes não favorecidos pela isenção do IRRF negociada com os Sindicatos.

O pior disto tudo, é que esta decisão onerou – sem qualquer aviso - em quase 10% o orçamento de estadia, alimentação e transporte das pessoas que já se encontram viajando, seja a trabalho, estudos ou lazer.

Esta política autofágica e de desrespeito aos brasileiros revela o quanto é delicada a situação das contas governamentais.

Há um enorme desequilíbrio entre as previsões oficiais de receita e o tamanho das despesas governamentais, cujos números foram elevados pelos excessivos gastos do Governo anterior, que cresceu a dívida pública só no ano de 2010 em valores superiores a R\$ 200 bilhões.

Não por outra razão, que a diretora-executiva da Standard & Poor's do Brasil, Milena Zaniboni, nesta terça-feira, 29.03, disse que, caso o Brasil não cumpra a meta de superávit primário deste ano, equivalente a 2,9% do

### Leia Mais

- [Prova concreta da inconsistência da política fiscal nacional](#)
- [O equacionamento da dívida Argentina e a carga tributária brasileira](#)
- [Da política estadual de reciclagem de materiais e o incentivo fiscal aos contribuintes](#)
- [O Paradoxo da Política Fiscal](#)
- [Caminhos da política fiscal brasileira](#)



Edison Freitas  
de Siqueira

Logout

### Top Autores

[Do Ano](#) | [Todos os Tempos](#)



Kiyoshi Harada



TANIA GURGEL



Marcos Cintra



Roberto Rodrigues  
de Moraes



Ivan Luís Bertevello



Toshinobu Tasoko



Omar Augusto Leite  
Melo



Antonio Carlos  
Antunes Junior



Edison Freitas de  
Siqueira



Leonardo Ribeiro  
Pessoa



Rodrigo César de  
Oliveira Marinho



Rita de Cássia  
Andrade

PIB, “pode haver rebaixamento” da perspectiva ou da nota de classificação de risco, afetando a atual classificação na escala do ranking de “investment grade” (BBB).

Só com crescimento econômico é possível enfrentar as grandes despesas realizadas pela gestão anterior. Caso contrário, como pagar a dívida pública contraída em meados de 2010 pela emissão de títulos da dívida pública no valor de R\$ 202 bilhões? Os recursos obtidos com este bilionário empréstimo foram repassados, a maior parte, ao BNDES (que por sua vez repassou quase totalidade do que recebeu para o aumento de participação da União na Petrobrás), ao Banco do Nordeste, ao Fundo de Marinha Mercante e à Caixa Econômica Federal. Só esta emissão de títulos, correspondeu a 12% do PIB, aumentando a dívida pública mobiliária nacional que, segundo dados do próprio Banco Central, já era superior a 64% do PIB, correspondendo a mais de US\$ 912 bilhões, cujo custo supera US\$ 333 milhões de juros “ao dia”.

Este desequilíbrio fiscal não é possível de ser corrigido pelo simples aumento de impostos, até porque as transações internas são tributadas em quase 65%, na média. Somente diminuindo os juros da dívida pública interna e cortando os desperdícios dos gastos públicos é que haverá equilíbrio fiscal e, ainda, sobrarão recursos para viabilizar crescimento econômico acarretando assim, o aumento de arrecadação por escala.

Caso contrário, a política do “toma-lá-dá-cá”, vai contribuindo com a desaceleração toda a economia, afetando Bolsas de Valores e assim retirando o Brasil da confortável situação que o mercado global hoje lhe tem creditado, mas que agora – quando a crise mundial de 2.008 parece estar superada – começa questionar.

 Mais...



- Seja o primeiro a votar!

Tags: [Jornalístico/Político](#), [política fiscal](#)

[Nenhum comentário »](#)



## Deixe uma resposta

Conectado como [Edison Freitas de Siqueira](#). [Sair →](#)

Comentário

Você pode [gerenciar as assinaturas](#) desta entrada.

## Leia Mais

- [Prova concreta da inconsistência da política fiscal nacional](#)
- [O equacionamento da dívida Argentina e a carga tributária brasileira](#)
- [Da política estadual de reciclagem de materiais e o incentivo fiscal aos contribuintes](#)
- [O Paradoxo da Política Fiscal](#)
- [Caminhos da política fiscal brasileira](#)



Alexandre Röehrs  
Portinho



Renato Lúcio de  
Toledo Lima



Rinaldo Maciel de  
Freitas



Naila Gonçalves



Bruce Bastos Martins



Rodrigo César de  
Andrade Câmara



Demes Britto



Alexandre Macedo  
Tavares

[Buscar Autores](#)

Tags

[Carga Cofins](#)  
[Contribuição CPF CPMF](#)  
[CSLL](#) [Direito](#)  
[Material](#) [Dívida Ativa](#)  
[Execução](#) [ICMS](#)  
[INSS](#) [IPI](#) [IRPF](#) [IRPJ](#)  
[Isenção](#) [ISS](#)  
[Jornalístico/Político](#) [Pis](#)  
[Princípios SPED](#)

Arquivos

[2011](#) [2010](#) [2009](#) [2008](#) [2007](#) [2006](#)  
[2005](#) [2004](#) [2003](#) [2002](#) [2001](#) [2000](#)  
[1999](#)

Uma nova  
perspectiva  
ao ensino  
do **Direito**